

Aspectos históricos da mudança prosódica na língua portuguesa

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i1.3652>

Waldemar Ferreira Netto¹

Resumo

Este ensaio estabelece a hipótese de que a mudança rítmica consolidou a língua portuguesa na Antiguidade Tardia, tornando a prosódia seu epicentro. Duração vocálica e consonantal que eram tratadas no âmbito fonológico tornaram-se fatos prosódicos, provocando mudança tipológica. A formação silábica estabeleceu novos limites: ataque da sílaba posterior se tornou Coda da anterior. A restrição de Coda consonantal acompanhou essa mudança. A simultaneidade desses processos vem ao encontro do modelo de pontuação de Robert Dixon. Os falantes do latim como língua estrangeira teriam como padrão prosódico uma formação silábica que priorizaria Coda e ritmo trocaico, e restrição de Coda consonantal, com solução por epêntese vocálica e síncope consonantal.

Palavras-chave: mudança prosódica; ritmo; sílaba.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; wafnetto@usp.br; <http://orcid.org/0000-0002-4136-341X>

Historical aspects of prosodic change in the Portuguese language

Abstract

This essay establishes the hypothesis that rhythmic change consolidated the Portuguese language in Late Antiquity, making prosody its epicenter. Vowel and consonant duration that were treated in the phonological scope became prosodic facts, causing typological change. The syllabic formation established new limits: Attack of the posterior syllable became Coda of the previous one. The consonant Coda restriction accompanied this change. The simultaneity of these processes is in line with Robert Dixon's punctuation model. Speakers of Latin as a foreign language would have a prosodic pattern, a syllable formation that would prioritize Coda and trochaic rhythm, and restriction of consonant Coda, with solution by vowel epenthesis and consonant syncope.

Keywords: prosodic change; rhythm; syllable.

Introdução

O conhecimento que se tem dos povos que habitavam a península ibérica antes da chegada dos romanos limita-se ao reconhecimento dos vestígios arqueológicos que os mesmos deixaram. Ao norte, prevalecem os chamados *castros* (Ribeiro, 1985, p. 285). Ao sul do rio Tejo, entretanto, estabelecendo uma diferença cultural que permanece até hoje, não se localizaram vestígios semelhantes aos castros do norte. No sul, mais propriamente se encontram monumentos monolíticos que estabeleceram sepulturas para os povos dessa região. Essa divisão mostra que ao sul do Tejo foi onde ocorreu a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas. É lá justamente que se encontram as ruínas das principais cidades e monumentos romanos e tiveram assento as povoações muçulmanas mais ricas e prestigiosas.

Muito embora essa divisão aponte para uma futura diferença entre os territórios Norte e Sul do atual estado português, as variações linguísticas vão se manifestar a partir de outros fatos condicionadores. Lembre-se que a região castrense, ao norte do rio Tejo envolve tanto a Gallaecia quanto parte da Lusitanea, enquanto ao sul envolve parte da Lusitanea e da Baetica. Esse fato estabelece uma tripartição que não vai apontada pelos vestígios arqueológicos até agora conhecidos.

O Império Romano

O Império Romano atingiu praticamente toda a Europa ocidental, a sudoeste dos rios Reno e Danúbio. Seus limites a leste eram na Mesopotâmia e a sul a costa norte da África. Ao norte, atingia a maior parte ao sul da ilha da Grã-Bretanha. Na sua maior extensão,

no século II d.C., alcançou uma área de 6.500.000 km², o que o aproximaria de grandes países da atualidade, como China (9.6000,000 km²), Estados Unidos (9.370.000 km²), Brasil (8.500.000 km²) ou Austrália (7.700.000 km²). Entendemos “império” aqui, tomando a concepção de Taagepera como uma entidade política soberana relativamente grande cujos componentes não sejam soberanos, independentemente da designação oficial ou estrutura interna dessa entidade (Taagepera, 1978a, p. 181). A manutenção de uma extensão territorial como essa, conquistada durante todo o período republicano, exigiria uma forma de acesso rápida e efetiva para as devidas incursões militares, comerciais e fiscais. Guarinello entende que é necessário distinguir o conceito de “império” daquele mais atual de “imperialismo”.

Império e imperialismo são termos próximos, mas se referem, na verdade, a realidades bem distintas. Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão ou dominação de um estado sobre outros. Império é um estado, por vezes o resultado da ação imperialista, mas que não se confunde com esta. No mundo antigo, ao contrário do mundo contemporâneo, podemos acompanhar, na longa duração, a transformação de uma ação imperialista em um grande Império (Guarinello, 2014, p. 118).

De maneira mais geral, pode-se entender que há uma certa coincidência na noção de “império” de Guarinello e de Taagepera, na medida em que ambos parecem atribuir a condição de domínio territorial efetivo como uma de suas características.

“Império” designa aqui qualquer entidade política soberana relativamente grande cujos componentes não sejam soberanos, independentemente da designação oficial ou estrutura interna dessa entidade. Durante o período considerado, tomaremos qualquer entidade organizada de mais de 25.000 km² como “grande” em comparação com a organização tribal predominante da época (Taagepera, 1978a, p. 181, tradução própria²).

Ainda que em Taagepera a presença de uma força militar não esteja referida literalmente, ele fala em entidade política soberana composta por entidades políticas que não sejam soberanas. Pode-se entender aí o domínio de uma sobre as outras.

Na obra póstuma, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Marx chama a atenção para o fato de que o domínio territorial estabelece um domínio sobre a população que se encontra nesse território.

2 No original: “‘Empire’ designates here any relatively large sovereign political entity whose components are not sovereign, irrespective of this entity’s official designation or internal structure. During the period considered we will regard any organized entity of more than 25,000 km² as ‘large’ compared to the predominant tribal organization of the time”.

A condição fundamental da propriedade tribal (que se constitui, originalmente, a partir da comunidade) é a filiação a tribo. Consequentemente, uma tribo conquistada e subjugada por outra torna-se *sem-propriedade*, parte das *condições inorgânicas* da reprodução da tribo conquistadora, as quais esta última considera como sua propriedade. A escravidão e a servidão são, portanto, simples desenvolvimentos ulteriores da propriedade baseada na tribo; mas modificam necessariamente todas as formas desta (Marx, 1977, p. 87)³.

Esse domínio se converte, além da eliminação simples da população por meio da guerra, também na sua conversão em sociedades *sem-propriedade*, servis e não soberanas, e na captura e conseqüente escravização como força de trabalho de seus indivíduos. A própria natureza das sociedades grega e romana, caracterizadas pela concentração populacional em centros urbanos, deu azo para que a opção escravista fosse largamente utilizada. Perry Anderson (2016, p. 24) chama a atenção para o fato de que o modo de produção escravista foi a invenção decisiva do mundo greco-romano. A opção por esse modo de produção visava ao provimento da população urbana pela produção agrícola realizada nos latifúndios comandados desde a cidade. Ainda que esta tenha sido uma opção, ela ia parilha da conversão dos povos conquistados em sociedade servis não soberanas. Desse ponto de vista, é necessário entender a heterogeneidade cultural que o Império Romano mantinha sobre suas sociedades conquistadas sem perder o domínio sobre elas.

Durante o período em que o Império Romano se formou e se manteve, as condições da comunicação intercultural eram extremamente precárias seja pelas dificuldades materiais de acesso, seja pelo desenvolvimento de intenções que não as de saque, conquista e dominação. Ainda que os romanos houvessem estabelecido meios de comunicação pela construção de uma rede de estradas, seu uso era discriminado, incluindo somente o exército e as autoridades do estado (Finley, 1999, p. 126)⁴. Assim, o vasto poderio

3 Na tradução inglesa original: "The fundamental condition of property based on tribalism (which is originally formed out of the community) is to be a member of the tribe. Consequently a tribe conquered and subjugated by another becomes *propertyless* and part of the *inorganic conditions* of the conquering tribe's reproduction, which that community regards as its own. Slavery and serfdom are therefore simply further developments of property based on tribalism. They necessarily modify all its forms" (Marx, 1964, p. 91).

4 "[...] os indivíduos não podiam transportar mercadorias volumosas por longas distâncias por terra como uma atividade normal, nem qualquer um, exceto as comunidades mais ricas e poderosas. A maioria das necessidades são cereais volumosos, cerâmica, metais, madeira – e, portanto, as cidades não poderiam superar com segurança a produção de alimentos de seu próprio interior imediato, a menos que tivessem acesso direto a vias navegáveis. Nem mesmo as famosas estradas romanas, construídas por motivos militares e políticos, e não comerciais, fizeram diferença significativa [...]" (Finley, 1999, p. 126, tradução própria). No original: "[...] individuals could not move bulky merchandise long distances by land as a normal activity, nor could any

territorial romano era ele mesmo um obstáculo à sua própria movimentação. O domínio sobre as populações conquistadas cujo acesso marítimo ou fluvial não fosse possível demandava mobilidade militar e fiscal pelas vias terrestres.

Antiguidade Tardia

Guarinello chamou a atenção para o fato de que, a partir dos anos 90, a pesquisa histórica referente ao Império Romano optou por seguir uma linha diferente daquela *romano-centrista* que se caracterizava pela reconstituição do passado pelo ponto de vista da própria historiografia romana. Assim, ao estudar a romanização do ponto de vista dos conquistados, foi possível questionar essa romanização como um processo pacífico e ainda ressaltar as resistências da população local (Guarinello, 2010, p. 113-114). A persistência do Império Romano tornou-se uma questão nova a ser explorada, isto é, por essa ótica, seu desaparecimento parece ter sido uma consequência esperada, apesar de tardia.

[...] antes do final do século II, começaram as pressões externas, às quais não se resistiriam eternamente. O exército não poderia ser ampliado além de certos limites, porque a terra não suportava mais esgotamento de mão de obra; a situação no campo tinha piorado por conta dos impostos e as liturgias muito altos; as obrigações eram muito grandes porque a demanda militar aumentava. Um círculo vicioso de desastres estava em pleno andamento. O mundo antigo foi levado ao fim por sua própria estrutura social e política, por seu próprio sistema de valores profundamente enraizado e institucionalizado que sustentava toda a organização e exploração de suas forças produtivas (Finley, 1999, p. 176, tradução própria)⁵.

A conquista da península ibérica e de todos os povos que habitavam ali, especialmente de nosso interesse, deu-se a partir do final do século terceiro até a segunda metade do século segundo a.C., quando os romanos atingiram a totalidade da península, incluindo

but the wealthiest and most powerful communities. Most necessities are bulky-cereals, pottery, metals, timber-and so towns could not safely outgrow the food production of their own immediate hinterlands unless they had direct access to waterways. Not even the famed Roman roads, built for military and political, not commercial reasons, made any significant difference [...].”

5 No original: “[...] before the end of the second century, external pressures began, which could not be resisted forever. The army could not be enlarged beyond and inadequate limit because the land could not stand further depletion of manpower; the situation on the land had deteriorated because taxes and liturgies were too high; burdens were too great chiefly because the military demands were increasing. A vicious circle of evils was in full swing. The ancient world was hastened to its end by its social and political structure, its deeply embedded and institutionalized value system, and, underpinning the whole, the organization and exploitation of its productive forces. There, if one wishes, is an economic explanation of the end of the ancient world”.

a Gallaecia em seus domínios. Ao atingir a Lusitania, os romanos, por volta de 139 a.C. defrontaram a resistência liderada pelo "lendário Viriato". Alguns anos depois (133 a.C.), os romanos atravessam o rio Douro e atingem a Gallaecia (Giordani, 1992, p. 49). Apesar de tratar a todos esses povos ibéricos como *celtíberos*, os romanos já faziam uma distinção entre os habitantes da Gallaecia (Galiza), noroeste da península ibérica, e da Lusitânia, oeste da península ibérica, e da Baética ao sul, e os Tarraconenses, ao leste.

Nos territórios que foram conquistados pelos romanos, apesar de o latim ter sido predominante nas relações burocráticas, era, provavelmente, uma segunda língua da população local permanente. No século V, Sidônio Apolinário escrevia: "A língua romana foi há muito tempo banida da Bélgica e do Reno", São Gregório de Tours, no século seguinte, escrevia, em relação à Gália: "poucos homens compreendem um reitor que fale 'como filósofo'; quase todos, pelo contrário, compreendem um narrador falando 'como vulgar'" (Pedrero-Sánchez, 2000, p. 42-43). Tratava-se, pois, de uma língua que cumpria necessidades pragmáticas bastante bem definidas e que, de certa forma, não necessitava substituir o uso cotidiano das línguas regionais durante o período da ocupação romana. Dessa maneira, parece ser aceitável a ideia de que as características da fala dos povos regionais permanecessem como uma marca duradoura na fala do latim.

O próprio latim, por sua vez, não se presume que fosse o mesmo daquele que permaneceu nas obras clássicas a que temos acesso hoje. Provavelmente era uma variante que já se definira historicamente como tal. Maurer Jr. trata dessa diversidade relativa à língua popular do Império Romano.

[...] absorve grande quantidade de termos importados dos dialetos itálicos vizinhos do grego e depois também das línguas dos povos subjugados das províncias remotas. Deste modo, circulam no meio popular muitas palavras e formas que o latim literário desconhece inteiramente (Maurer Jr., 1962, p. 185).

Dessa forma, pode-se entender que o latim falado que atingiu a península ibérica, desde seus primeiros momentos de latinização, teria sido diferenciado do que se usava em Roma. Teríamos, pois, uma população de falantes em uma situação bastante bem definida de diglossia, em que uma língua era utilizada para os propósitos da vida cotidiana e familiar, a língua regional, e outra era utilizada para os propósitos da vida burocrática, principalmente, nas relações que se estabeleciam com o Estado.

Como se sabe, a unidade linguística conferida pelo uso oficial e literário do latim e do grego era apenas aparente e superficial. Latim, grego e aramaico eram, com efeito, línguas francas, usadas pelas elites e pela administração. Mas as populações locais continuavam se expressando em seus idiomas de origem: o celta na Gália, o púnico no norte da África, o egípcio, etc. Tampouco havia, de início, uniformidade étnica ou cultural. O Império estendia-se por dezenas de

povos e comunidades que preservavam suas tradições culturais, alimentares, familiares, suas roupas e suas moradias, seus modos de enterrar os mortos, suas crenças religiosas (Guarinello, 2010, p. 127.)

A expansão da língua latina por todo o Império Romano é uma consequência da própria fôrma administrativa que o povo romano assumia para os seus territórios conquistados. Tratava-se de se estabelecer um centro básico de administração – nesse caso em Roma –, a partir do qual todas as decisões seriam tomadas, e uma imensa rede hierarquicamente definida de subcentros administrativos que atuariam nas regiões conquistadas para mantê-las sob o poder centralizado em Roma. Essa característica administrativa possibilitou certa homogeneidade nos territórios conquistados. O latim era a língua burocrática em praticamente todas as regiões do império. A península ibérica não fugia dessa influência, mesmo naquele extremo oeste em que viviam os gallaeticos e os lusitanos. Veiko Väänänen chama a atenção para o fato de que não existiria nenhum texto escrito que reproduzisse o latim falado, mas que tão somente haveria “vulgarismos” nessa escrita (Väänänen, 1968, p. 40). A escrita em latim se fazia por falantes que teriam interesse em “escrever bem”, em que pese o fato de não terem condições para tanto.

É de se salientar, porém, que o domínio romano no oeste da península ibérica não se deu de forma homogênea. Saraiva (1996, p. 26) nos conta que Plínio, que participou da administração romana na península ibérica, descreveu um município de cidadãos romanos e trinta e seis cidades estipendiárias. O município referido era especialmente Lisboa, principal porto de exportação dos produtos agrícolas para o centro romano na península itálica. Era, provavelmente, a cidade mais romanizada de toda a Lusitanea. Seu contato com a administração romana central, ainda que indiretamente, era muito mais próximo do que o que ocorria na região norte. Dessa forma, podemos imaginar que a maior romanização da região central, em torno da foz do rio Tejo, acarretaria uma maior disseminação da língua latina em relação ao que se fazia na região norte. A participação de um maior número de pessoas nas atividades que envolviam diretamente os centros administrativos romanos exigiria o uso muito mais frequente do latim.

A diglossia estabelecida nas colônias do extremo ocidente do Império Romano, e muito possivelmente noutras partes, acarretaria a promoção de uma constante troca de elementos linguísticos entre as línguas que estivessem em contato. A língua latina falada, além das variações que por si só já apresentava em relação ao que se documentou por escrito, deveria ter ainda outras variações que decorressem da implementação de uma prosódia estranha a suas formas segmentais já prontas nos itens lexicais que seriam produzidos. A situação de bilinguismo diglótico envolveria os aspectos mais típicos da produção de um *pidgin* que caracterizaria o latim falado, muito provavelmente, na forma de uma segunda e mal falada língua. A essa mal falada segunda língua, pode-se defini-la como um latim galego-lusitano ou um proto-português.

[...] no terceiro e no segundo séculos, Roma, embora *caput imperii*, não tinha mais autoridade para impor sua língua às províncias longínquas e cada vez mais autônomas. A unidade, além de fictícia, do latim falado sobre o Império desmoronou como resultado da independência linguística cada vez maior das províncias como Dacia, Raetia, Gallia e Hispania (Jud, 1925, p. 234).

Uma das consequências do fim do Império Romano do Ocidente para suas colônias é justamente o fim da pressão cultural, linguística para o nosso caso. Embora a burocracia oficial e religiosa permanecesse vinculada ao uso da língua latina, a perda de contato com o latim que se usara durante o domínio românico acarreta o fim do modelo linguístico que definia o uso do latim. Desde os séculos II e III, o prestígio da língua latina na fala veicular, aparentemente, já havia desaparecido sobretudo nas províncias mais independentes, dentre elas a Hispania, que englobava as regiões da Gallaetia e da Lusitanea. O historiador Hidácio (388-470) dá seu dramático testemunho desse final do Império Romano e da chegada dos germânicos na Galiza:

Os Alanos, os Vândalos e os Suevos entraram nas Espanhas no ano 447* da era: uns, o quarto dia das Calendas de Outubro, outros, o dia três dos Idos de Outubro, na terça feira, no oitavo consulado de Honório e o terceiro de Teodósio, filho de Arcádio.

Os bárbaros que tinham entrado nas Espanhas depredaram-nas com matança hostil. E a peste, por sua parte, não fez menos estragos.

Enquanto os bárbaros cometiam atrocidades na Espanha e o flagelo da peste atacava com não menos intensidade, o tirânico arrecadador de impostos espoliava as riquezas e as provisões armazenadas nas cidades e os soldados as consumiam. Uma fome cruel prolongou-se até o ponto de que a carne humana chegou a ser devorada pelo gênero humano pela necessidade da fome; inclusive as mães alimentaram-se com os corpos de seus filhos mortos ou cozinhados pelas próprias mãos. Os animais selvagens, acostumados aos cadáveres dos que morriam, matavam os homens mais fortes e, alimentando-se com a sua carne, lançavam-se por toda parte para perdição do gênero humano. E assim, fazendo estragos por todo o orbe as quatro pragas, a do ferro, da fome, da peste e dos animais selvagens, alcançaram o seu cumprimento as profecias anunciadas pelo Senhor, por meio dos seus profetas.

Os anos de 457 da era, abatidas as províncias da Espanha pelo ataque memorável das pragas, os bárbaros, convertidos à ideia do estabelecimento da paz pela misericórdia do Senhor, dividiram entre eles, por sorte, as regiões das províncias para habitá-las. Os Vândalos ocuparam a Galiza e os Suevos o território situado no extremo que dá ao mar Oceano; os Alanos sortearam as províncias Lusitana e

Cartaginense e os Vândalos chamados Silingos repartiam a Bética. Os hispanos das cidades e dos *castela* que tinham conseguido escapar à praga dos bárbaros apoderados das províncias, submeteram-se à servidão.

*) Refere-se à era de César ou Hispânica, na qual o ano de 447 corresponde ao ano 409 da era Cristã.

Hidácio. Crônica, 432, 46-49. In: TUÑON DE LARA, M. *Textos y documentos de Historia Antigua, Media y Moderna*. Barcelona: Labor, 1984.

A escrita medieval

Embora o uso da língua latina escrita fosse intenso, não há registros de escrita em língua portuguesa em todo até o século XII. Apenas em documentos esparsos, termos e nomes locais seriam escritos em latim com alguma adaptação. Por exemplo, na escrita cartorária, há um título de venda datado de 883 em que formas como *Ogenia* para *Eugenia*, *artigulo* para *articulo*, ou num documento de doação do ano de 907, em que se lê *territorio bragarense et portugalense*, por *territorio bracarense et portucalese* (Vasconcellos, 1922, p. 10-11).

Ivo Castro salienta também que a produção escrita em português vai dar-se apenas depois que a corte se instalou na região do centro-sul do território conquistado, ao contrário dos documentos latinos anteriores que foram escritos principalmente na região norte (Castro, 2004, p. 99). Na medida em que a escrita era um fenômeno conhecido e aplicado para a língua latina, havemos de entender que a escrita em português precisou ser construída. Tratava-se, pois, de se construírem novos paradigmas de escrita.

Um dos primeiros textos claramente escritos em língua portuguesa é o Testamento de Afonso II, datado de 27 de junho de 1214, século XIII. A experiência na escrita em língua portuguesa já começaria a estabelecer esses novos paradigmas. O alfabeto utilizado é o que vai a seguir:

a (ã) b c ch d e (ē) f g h i (ī) j l m n o (ō) p q r s (ss) t u (ū) (v) x z

Em que pese algumas exceções, como é o caso das vogais com til, trata-se do mesmo conjunto de letras latinas. Desse conjunto, pode-se notar a ausência dos dígrafos de *lh* e de *nh*, ainda que *ch* já estivesse sendo utilizado. Alguns correlatos do português atual permitem uma inferência comedida da necessidade do uso de letras para a representação dos sons [ʎ] e [ɲ] (os números indicam a quantidade de vezes que cada termo ocorreu):

Quadro 1. Representações de [ʎ] e [ɲ] no Testamento de Afonso II

filia	6	dieiros	1
filias	2	junio	1
filio	8	senior	3
filios	8	tenia	1
molier	2	teniã	2
		tenio	2

Fonte: Elaboração própria

As expressões *molier* e *filio*, com suas variações, reportam-se às expressões atuais *mulher* e *filho*, ambas com consoantes palatais. Grandgent (1952, p. 178) propôs que essa mudança já estivesse em andamento no latim falado, antes do fim do Império. Ismael de Lima Coutinho deu outros exemplos desse fenômeno: *palea>palha*, *alieno>alheno*, *consiliu>conselho*, *folia>folha*, *muralia>muralha* (Coutinho, 1954, p. 113).

Caso semelhante deu-se com as expressões *dieiros*, *junio*, *senior*, *tenio*. As expressões relacionadas são *dinheiros*, *junho*, *senhor* e *tenho*, em que há uma consoante nasal palatal [ɲ] que não era usada na língua latina. Coutinho (1954), entretanto, chamou a atenção para o fato de que a nasalação produzida pelo *n* intervocálico foi uma das características fonéticas do desenvolvimento da língua portuguesa; deu vários exemplos para fatos semelhantes: *ingeniu>engenho*, *vinea>vinha*, *arania>aranha*.

No caso particular da ausência de representação de [ʎ], pressupõe-se, pois, a presença forte do sistema de escrita latino, influenciando os usos das letras. Isso é particularmente perceptível em documentos posteriores, como é o caso de *Vidas de Santos*.

No texto *Vidas de Santos*, coletânea de textos dos séculos XIII e XIV, que faz parte da coleção do *Corpus Informatizado do Português Medieval*, é possível verificar algumas oscilações quanto à padronização da escrita. A variação no uso das letras *j* e *g* para a representação de [ʒ], por exemplo, indica que a forma escrita latina *angelus* esteve presente no momento de se optar pela transcrição de um som inexistente no sistema de representação escrito do latim. As demais formas seguem opções semelhantes: *beigar*, *monga* e *pellegas* sem que houvesse uma forma latina correspondente, com exceção de *basiu*, para a primeira.

Quadro 2. Representações de [ʒ] na coletânea *Vidas de Santos*, séculos XIII e XIV, do *Corpus Informatizado do Português Medieval*,

anjós	2		ango	26	
			angos	7	
			ãgos	1	
			arcãgos	1	44%
			angeos	3	
			angeo	41	56%
total parcial	2	2%		79	98%
			beigou	1	
			beygou	1	
			beygar	1	
			beygando-lhe	1	
monjas	1		monga	3	
monje	3		monge	25	
monjes	2		monges	15	
total parcial	6	12%		43	88%
pellejas	1		pellegas	1	
total parcial		50%			50%
total geral	9	6%		123	94%

Fonte: Elaboração própria

O quadro aponta a opção de se manter a tradição latina para letra *g*, i. é., a forma original da palavra que queriam reproduzir. Pela proporção de uso da letra *g*, mesmo nos casos em que poderia variar com *j* – o verbo *beigar* provavelmente lido [bej'zar] – por exemplo, a opção daquele momento era a de que fosse viável uma letra representar mais de um som.

O sistema gráfico da língua latina está presente também em outras propostas de representação. Se observarmos, nos mesmos textos da *Vidas de Santos*, a oscilação de grafia de palavras do português arcaico, em que o grupo consonantal *ct* estava presente no étimo latino, vamos obter como resultado uma opção semelhante à que vimos anteriormente. Como se nota, a opção pela forma latina apresenta uma oscilação grande na opção entre transcrever tal como era o uso da forma na época e manter sua forma o mais próximo possível do original latino.

Quadro 3. Variações gráficas nas representações de grupo consonantal *ct* latino na coletânea *Vidas de Santos*, séculos XIII e XIV, do *Corpus Informatizado do Português Medieval*

	Vt total		ct total		total
santo/sancto	157	64%	87	36%	244
noite/nocte	0	0%	13	100%	13
dito/dicto	0	0%	2	100%	2
peito/pecto	2	13%	14	88%	16
afeitar/afectar	2	25%	6	75%	8
deleitar/delectar	12	80%	3	20%	15
direito/directo	1	25%	3	75%	4
feito/fecto	9	50%	9	50%	18
fructo/fruito	6	75%	2	25%	8
junto/juncto	10	91%	1	9%	11
total	199	59%	140	41%	339

Fonte: Elaboração própria

A ausência de uma padronização na grafia da língua portuguesa, oscilando com a tentativa de manutenção da escrita latina, possibilitará a construção de um sistema de escrita adequado à língua portuguesa. Essa construção demorará quase oito séculos para se estabelecer e “quase” se padronizar.

Tentativa de padronização da escrita da língua portuguesa

Após a formação do estado nacional português, a exigência da formalização de um sistema de escrita a todas as regiões que comporiam sua unidade promoveu algumas tentativas teóricas de padronização da ortografia. Fernão de Oliveira, em 1532, propôs a primeira delas, questionando, por exemplo, o uso da letra *m*.

“Também escrevemos *m* em fim das nossas sílabas ou vozes, mas não muito acertado.

Disse que esta letra *m* não é semivogal nem podem fenecer em ela as nossas vozes. Porque isso é verdade, que nesses cabos onde a escrevemos e também no meio das dicções em cabo de muitas sílabas soa uma letra muito branda que nem é *m* nem *n*, como nós escrevemos, ora uma delas, ora imitando os Latinos. Mas, a meu ver, de necessidade, escrevamos nos tais lugares esta letra que chamamos *til*, ainda que a alguns parecera sobeja e que não serve mais que de suprir por

outras. Aos quais eu pergunto se nas dicções que acabam em ão e ães e ões e ãos escrevemos *m* ou *n* e o pusermos entre aquelas duas vogais, que soarã? Ou se pusermos no cabo, que parecerã? Por onde me parece teremos necessidade de uma letra que esteja sobre aquelas duas vogais juntamente: a qual seja *til* (Oliveira, 1536, p. 50).

A proposição normativa de Fernão de Oliveira é bem clara nesse trecho: deve-se usar o *til* e não as letras *m* e *n* quando a nasalização ocorrer em final de sílaba.

Quadro 4. Variações gráficas na representação da nasalidade no *Testamento de Afonso II* e na coletânea *Vidas de Santos*, séculos XIII e XIV, do *Corpus Informatizado do Português Medieval*

Testamento de Afonso II				Vidas de Santos			
				manda	1	mãdamêto	1
mando	2	mãdarẽ	2	mandamento	1	mãdavã	1
		mãda	5	mandametos	1	mãde	1
	3		27	mandara	1		
				manda-te	1		
				mandes	1		
				mando	1		
				mandou-lha	1		
					8		3

Fonte: Elaboração própria

Nas tabelas acima, nota-se a oscilação entre as grafias *an* e *ã* presentes no português manuscrito dos séculos XIII, XIV. Um século depois da recomendação de Fernão de Oliveira, o ortografista Alvaro Ferreira de Vera, em 1631, faria uma recomendação interessante:

O mais frequente ufo deste til he quando suprimos com ele as letras M, ou N: como tẽpo, ou, tẽto, cõftar, cãbar. E muito mais ordinario he fobre ã; porque nos suppre, ue: como ã.

Tambem he neccessario nas dicções, em que escrevendo M, faz outro fentido: como irmãos, irmãa, Bulhões, bẽes, tõos, dõos, & doõs, vaccũus, atũus, ficando o M liquido.

Finalmente toda a dicção, que acabar em am, escreveremos per ão, por fer afsi neccessario, como diremos no capitulo dos dithongos; tirando tãm quãm adverbios, que escreveremos afsi, como os Latinos, polos não corrompermos, imitando fempre

as scritturas dos homens doutos, regulandoas pelo entendimento, & ouvido, que he a melhor regra, que se pode têr & dar nefta materia (Vera, 2009, p. 77-78).

A insistência no uso do til como forma de se representar a nasalidade vocálica, entretanto, não parece ter recebido nenhum eco no uso corriqueiro da língua escrita. Em documento do Conselho Geral do Sancto Ofício do ano de 1665, encontramos oito vezes o verbo *mandar*, cuja nasalidade foi grafada com “n”: *mandamos, mandado, mandou e mandar*; nenhuma delas como fora proposto. Em outro documento, do Santo Ofício com data de 1694, também não encontramos a padronização sugerida. Nesse caso, a escrita diverge de forma mais radical ainda, mantendo o uso do til somente para algumas ocorrências da forma *não*, apesar de ser predominante o uso de *nam*. O til ocorre somente em algumas formas no interior de palavras, como em *algũa*.

No começo do século XX, praticamente oitocentos anos depois das primeiras tentativas de se escrever em português, Gonçalves Viana retomaria exatamente a mesma discussão ortográfica que passou por Fernão de Oliveira e por Alvaro de Vera, chegando às mesmas conclusões:

Seria preferível, sem dúvida, que o uso do til se houvesse generalizado a todas as vogais nasais que terminam vocábulos: é sabido que êste sinal entrou já na maior parte dos sistemas de transcrição científica, com a mesma aplicação que tem em português.

Essa generalização, contudo, iria alterar a forma de considerável número de palavras, e opôr-se-ia a usos muito radicados, que modernamente só admitem o til sobre os ditongos ão, ãe e õe, e sobre o a final, como em *lã, irmã, etc.*, antigamente escritos *lam, lãa, irmam, irmãa* (Viana, 1904, p. 133).

Gonçalves Viana é mais complacente com o uso de *m* e *n* para a representação da nasalidade vocálica, aceitando o uso como o argumento básico para essa padronização. Finalmente, no acordo ortográfico de 1990 entre os países de língua portuguesa, a proposta de uso do *m* e do *n* para a representação da nasalidade vocálica é aceita sem qualquer tipo de restrição.:

Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre *a*; por *m* se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguida de *s* [...] (Brasil, 2008, Base IV, p. 3).

O acordo ainda preconizaria que os encontros vocálicos nasais fossem representados ora por vogal com til e semivogal — *ãe, ãi, ão, õe*, como em *mãe, cãibra, não* e *põe* — ora por uma vogal seguida de *m* ou de *n* — como em *am*, de flexões verbais *amam, deviam; em*,

como em *benfeito, sem, ninguém, virgens*. Questões referentes a outras formas como *fim, bom, nenhum* não foram referidas, à exceção de *muito*, que se propunha ser representada como tal, sem o til, “por obediência à tradição”.

A insuficiência da grafia para se entender a pronúncia fica evidenciada, por exemplo na passagem de Gonçalves Viana, quando propôs a transliteração de palavras do alemão para o português.

A diferença acústica entre *fing* alemão e *fim* português, por exemplo, é tenuíssima, como o é entre *lang* e *lã*, como o é entre *ung* dinamarquês e *um*.

A indicação do valor do **ng** gemânico medial será *ng*, correspondente ao **ng** português de *longo*, e a de **nk**, *nc*, *nque* e *nqui*, correspondentes a estas letras nos vocábulos *franco, tanque* e *chinquilha* (Viana, 1904, p. 257).

Em qualquer descrição, seja na do século XVI — “uma letra muito branda que nem é m nem n” — seja na do século XX — o valor do **ng** gemânico medial será *ng*, correspondente ao **ng** português de *longo*, e a de **nk** — o reconhecimento de uma articulação nasal pós vocálica pode ser inferida, sem que seja possível determinar sua realização efetiva. O mascaramento dessa articulação por meio de um acento gráfico, como o til, apenas desconsidera o que parece ter sido o reconhecimento intuitivo dessa forma, tal como sugeria Sapir (1981) n’*A realidade psicológica do fonema*.

Seja a partir do latim, seja a partir do português arcaico, a descrição da mudança linguística que se deu no período da Antiguidade Tardia é uma hipótese que se tenta inferir a partir da escrita. Apesar de essa descrição, especialmente para as línguas românicas, beneficiar-se com exclusividade disso, a tradição gráfica latina sempre mascara a representação da fala. Os sistemas de escrita alfabéticos grego e latino, este principalmente, vieram acompanhados de intensas discussões metalinguísticas além de vasta e diversificada produção de textos. Independentemente do caráter normativo dessas discussões, a reflexão sobre a sua própria língua, seja para decidir se esse ou aquele era um dado linguístico era “correto” ou “incorreto”, “bonito” ou “feio”, “elegante” ou “deselegante”, elas terminaram por apresentar timidamente na escrita essa diversidade, uma vez que o domínio da escrita estendia-se para uma população que arriscava manifestar em pichações em paredes e vasos ideias não muito diferentes das atuais:

Marthae hoc trichilivm est nam in trichilino cacat.

‘Esta é a sala de jantar de Martha porque ela caga na sala de jantar.’

Qvodam qvidem testis eris qvid senserim. Ubi cacaturiero veniam cacatvm.

‘Você será uma testemunha do que eu senti. Onde eu sinto vontade de cagar eu cago.’ (Mav, 1909, p. 585).

A fonologia

Se a escrita não garantia uma representatividade da fala, senão quando suas oscilações extremavam-se para além da tradição, o percurso histórico dos sons da língua portuguesa, pode ter, então, como ponto de partida, a hipótese de que as letras usadas no latim escrito coeriam com a prolação do latim falado. Para isso, pode-se usar, com adaptações, restrições e acréscimos a descrição feita por Mariano B. de Climent (1962). Não se deve esquecer que o latim falado não era homogêneo, tal como se pode imaginar pelos seus textos literários. Antoine Meillet discutiu isso.

Quase desde o momento em se inicia a escrita latina, considerava-se Roma tão dominante, que todas as demais localidades latinas foram colocadas na sombra e quase ninguém atentou para sua fala local, [...] Quando se fala em latim, é portanto na língua de Roma que se pensa; é costume identificar, do ponto de vista linguístico, os dois termos *latim* e *romano*; mas, o nome *latim* tem prevalecido. ImproPRIAMENTE, porque os vestígios que se conservam no próprio latim de Roma mostram que havia vários dialetos no Lácio. [...] No entanto, a impropriedade não é grande; pois denuncia a realidade principal, que é a de que só a língua de Roma tinha prestígio, só podia servir de modelo (Meillet, 1928, p. 94-95, tradução própria⁶).

As consoantes latinas caracterizavam-se por três articuladores passivos: lábios, alvéolos e véu palatino; as portuguesas vão se caracterizar por quatro articuladores passivos: lábios, alvéolos, palato e véu palatino. A inserção de um articulador passivo no percurso histórico dos sons da língua parece ter sido um fenômeno muito precoce no latim falado. Além disso, nas descrições que costumeiramente se fazem do latim — o de Roma, clássico, literário e escrito, como vai no alerta de Meillet —, as articulações ocorrem separadamente quanto a articuladores e duração. Seguindo a proposição de Trubetzkoy (1939, p. 179)⁷ que vai retomada por Hirst (2020, p. 85), a duração vocálica e consonantal

6 No original: “Presque dès le moment où l’on s’est mis à écrire, la situation de Rome s’est trouvée si dominante que toutes les localités latines ont été setées dans l’ombre, et presque aucune n’a noté son parler local [...] Quand on parle du latin, c’est donc à la langue de Rome que l’on pense; on a coutume d’identifier, au point de vue linguistique, les deux termes latin et romain; et, dans l’usage, c’est le nom latin qui a prévalu. Improprement, car des traces qui sont conservée dans le latin de Rome même montrent qu’il y a eu dans le Latium des parlars divers. Toutefois, l’impropriété n’est pas grande; elle dénonce la réalité principale, qui est que seule avait un prestige, seule était propre a servir de modèle la langue de Rome”.

7 “O estudo das relações prosódicas de quantidade leva-nos a estabelecer que a menor unidade prosódica é, em algumas línguas, a sílaba, ou mais precisamente, o núcleo silábico, e, em outras, é a mora. Dessa maneira, as línguas podem ser classificadas como línguas que contam sílabas e línguas que contam moras. A menor unidade prosódica de uma língua — a sílaba em línguas que contam sílabas e a mora em línguas que contam moras — será chamada de prosodema (tradução

em línguas que contam moras são tratadas no âmbito fonológico, não cabendo essa separação. Os quadros comparativos entre as consoantes latinas e as portuguesas podem ser vistos abaixo, respectivamente.

Quadro 5. Consoantes latinas

	labial			alveolar			velar		
	gem.	sur.	son.	gem.	sur.	son.	gem.	sur.	son.
oclusiva (0)	pp	p	b	tt	t	d	kk	k	g
fricativa (1)	ff	f	v	ss	s				
nasal (2)	mm		m	nn		n			
líquida (3) laminal apical				ll rr		l r			

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6. Consoantes portuguesas

	labial		alveolar		palatal		velar	
	sur.	son.	sur.	son.	sur.	son.	sur.	son.
oclusiva (0)	p	b	t	d			k	g
fricativa (1)	f	v	s	z	ʃ	ʒ		
nasal(2)		m		n		ɲ		
líquida (3) laminal apical tap apical trill				l r r		ʎ		

Fonte: Elaboração própria

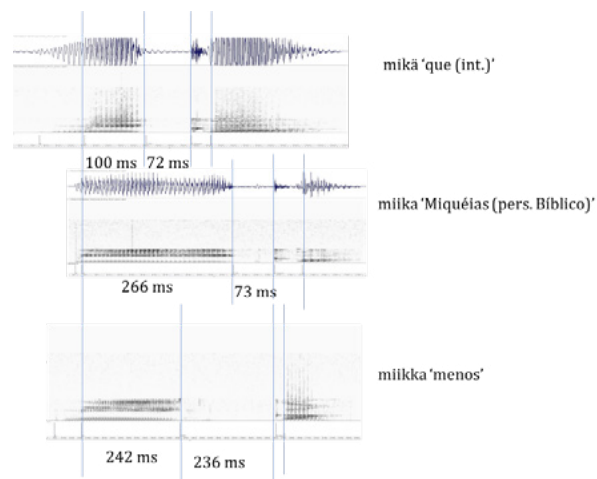
A articulação de consoantes geminadas se caracteriza por um período mais longo de implusão silenciosa antecedendo a explosão característica das oclusivas. Assim, a diferença entre *pp*, *p* e *b* decorre desse silêncio inicial (É comum que essa variação temporal seja considerada como *tensa* uma vez que, para que se produza, os articuladores devem se manter fixos e tensos, como para [pp] e [p], mas relaxados para [b]).

nossa a partir da edição espanhola," cf. Trubetzkoy, 1976, p. 180). No original: "Die Untersuchung der prosodischen Quantitätsverhältnisse führt also zur Feststellung, daß die kleinste prosodische Einheit in den einen Sprachen die Silbe (genauer: der Silbenträger), in den anderen die More ist, und dementsprechend können die Sprachen in silbenzählende und morenzählende eingeteilt werden. Mit Prosodem bezeichnen wir die kleinste prosodische Einheit der betreffenden Sprache, also die Silbe in silbenzählenden und die More in morenzählenden Sprachen".

Uma consoante geminada como na palavra italiana *ecco* ou no catalão, *ombrel-la* não tem realmente dois fonemas, mas um só, formado por uma implosão, uma tensão com muita duração e, finalmente, a explosão. A duração anormal do segundo tempo (tensão) é o que produz a impressão falsa de que o fonema é geminado (Climent, 1962 p. 10, tradução própria⁸).

Na figura abaixo, vai a representação espectrográfica das palavras do finlandês, que conta moras: *mikä* 'que, inter.', *miika* 'Mikeias, nome' e *miikka* 'menos'. A vogal longa *i*, em *miika* (266 ms) e em *miikka* (242 ms), ocorre com duração uma vez e meia maior do que a breve *i* em *mikä* (100 ms). A consoante geminada *kk* em *miikka* tem um período de tensão de 266 ms, três vezes maior do que em *miika* (73 ms) e em *mikä* (72 ms)⁹

Figura 1. Representação espectrográfica das palavras do finlandês



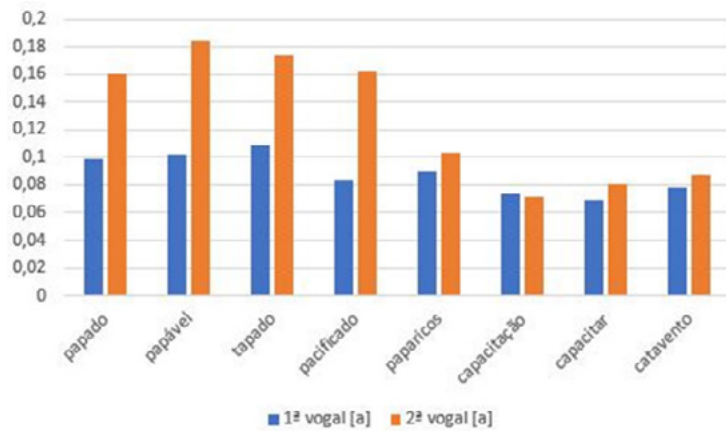
Fonte: Elaboração própria

Como se vê no quadro para a língua portuguesa, não há nada semelhante a uma variação gradual de tensão entre os articuladores, mas tão somente uma diferença entre tenso [p] e relaxado [b] que produz a diferença entre surdo e sonoro, mais comumente considerada. Como se vê no quadro para a língua latina, todas as consoantes podem assumir uma diferença de duração. Especialmente para as obstruintes, essa diferença vai acompanhada de variações de vibração das pregas vocálicas, quando a duração da implosão praticamente desaparece.

⁸ No original: "Una consonante geminada como em la palabra italiana *ecco* o catalán *ombrel-la*, no consta realmente de dos fonemas, sino de uno solo integrado por una implosión, una tensión de mucha duración y finalmente la explosión. La duración anormal del segundo tiempo (tensión) es lo que produce la falsa impresión de que el fonema es geminado".

⁹ Disponível em: <https://en.bab.la/dictionary/finnish-english/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Figura 2. Duração das vogais pretônicas e tônicas



Fonte: Elaboração própria

As vogais no português variam sua duração especialmente para salientar a tonicidade silábica. No gráfico de barras acima, são representadas as durações das vogais *a* pretônicas (barras azuis) e *a* tônicas (barras cor de laranja) das palavras do português: *papado*, *palpável*, *tapado* e *pacificado*. São também representadas as durações das duas vogais pretônicas (também as barras azuis e as cor de laranja, na ordem de ocorrência) das palavras: *paparicos*, *capacitação*, *capacitar* e *catavento*. É facilmente perceptível que a duração da vogal tônica é sistematicamente maior do que a duração das pretônicas. Esse dado corrobora a proposição de Trubetzkoy de que em línguas que contam sílabas, como o português, a duração está disponível para ser utilizada como marca prosódica, junto da intensidade.

A insensibilidade à duração articulatória é um dos aspectos, talvez o principal que motivou a mudança de ritmo no uso da língua. Sobre essa mudança de ritmo, Veikko Väänänen comenta:

A se julgar pelos textos, a revolução do ritmo latino foi declarada no final do século III. [...] O novo ritmo se introduziu gradualmente na poesia cristã. [...] Essas inovações rítmicas são, por fim, apenas a consequência de um fato linguístico – a saber, a perda das oposições de duração – realizadas na língua falada a partir de estímulos que remontam ao passado distante (Väänänen, 1968, p. 64, tradução própria¹⁰).

10 Da tradução espanhola: “A se juzgar por los textos, la revolución del ritmo latino se declara a finales del siglo III. [...] El nuevo ritmo se introduce poco a poco en la poesía cristiana. [...] Estas innovaciones rítmicas no son, al fin, más que una consecuencia de un hecho lingüístico – a saber, de la pérdida de las oposiciones de duración – llevado a efecto en la lengua hablada siguiendo incitaciones que se remontan muy arriba en el pasado”.

Embora não tenha sido referida, a insensibilidade à variação na duração articulatória das consoantes geminadas pode ser compreendida pelo mesmo critério.

Quadro 7. Mudanças de duração nas consoantes latinas

pp > p > b > v	tt > t > d > _	kk > k > g > _
ff > f > _	nn > n > _	ll > l > _
mm > m	ss > s > z	(rr > r > r)??

Fonte: Elaboração própria

O fato de a duração do silêncio, ou do momento que antecede o afastamento dos articuladores consonantais entre si, não ser reconhecida acarretou uma mudança drástica em sua realização. Consoantes geminadas e simples se confundiram num único conjunto que passou a diferenciar-se especialmente pela vibração das pregas vocálicas, ou pelo caráter tenso ou relaxado do trato oral.

Fato semelhante ocorreu decorrente do irreconhecimento da duração vocálica. A variação concomitante do timbre que estava presente no latim passou a ser o elemento especial que permitia diferenciar as vogais.

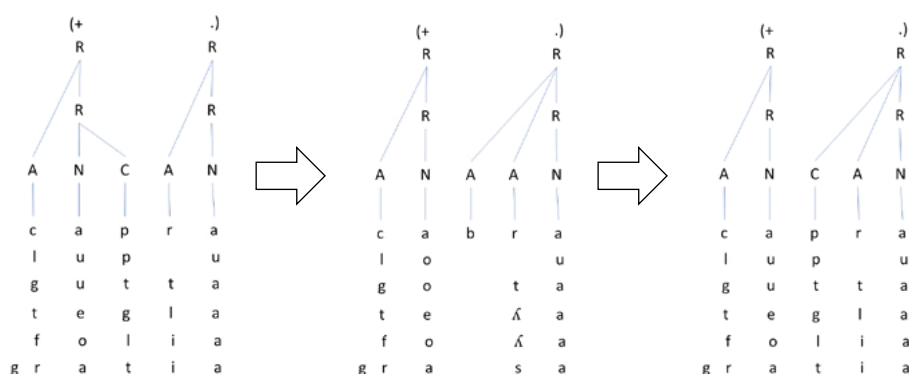
Quadro 8. Mudanças de duração nas vogais latinas

ī → i	ū → u
ÿ ↘	ÿ ↘
ē ↗ e	ō ↗ o
ě → ε	ö → o
	ā ↘
	ă ↗ a

Fonte: Elaboração própria

Aparentemente, não foi essa a única variação rítmica nesse período. A formação das sílabas, tal como vimos anteriormente, parece ter passado por um momento em que os falantes estabeleciam limites silábicos diferentes do que era previsto para o latim. Tomemos sequências como *cām.pūs* 'campo', *pēc.tūs* 'peito', *cā.pră* 'cabra', *lŭpūs* 'lobo', *gŭttă* 'gota', *tē.g(ŭ)lăē* 'telha', *fō.lĭ.ă* 'folha' e *gră.tĭ.ă* 'graça', *lŭ.nă* 'lua' silabadas tal como era o padrão latino. Então, ressilabemos essas mesmas sequências assumindo como Coda o Ataque da sílaba seguinte: *cap.ra*, *lup.u*, *teg.la*, *fol.ia*, *grat.ia* e *lun.a*; as sequências *cam.pu*, *pectu* e *gut.a* não comportam essa ressilabação, pois já têm uma Coda. Como se pode notar, será precisamente nessa posição de Coda que vão ocorrer mudanças: *cam.pu* > *cam.po*, *pec.tu* > *pei.to*, *cap.ra* > *ca.bra*, *lup.u* > *lobo*, *gut.ta* > *go.ta*, *teg.la* > *te.lha*, *fol.i.a* > *fo.lha*, *grat.i.a* > *graça* e *lun.a* > *lũ.a*.

Figura 3. Mudanças na representação rítmica lexical latina



Fonte: Elaboração própria

Palavras com número maior de sílabas — *dēlicātŭs* 'delicado', *bŏnītātĭs* 'bondade', *libĕrārĕ* 'livrar', *āmāricārĕ* 'amargar', *prāedicārĕ* 'anunciar', *cōmmūnicārĕ* 'comunicar', por exemplo¹¹ — passarão por processo semelhante:

Quadro 9. Mudanças na silabação latina

<i>dē.lĭ.cā.tŭs</i>	>	del.ig.ad.os	>	<i>del.ga.do</i>
<i>bŏ.nĭ.tā.tĭs</i>	>	bŏn.id.ad.e	>	<i>bon.da.de</i>
<i>lĭ.bĕ.rā.rĕ</i>	>	lib.er.ar.e	>	li.vrar
<i>ă.mā.rĭ.cā.rĕ</i>	>	am.ar.ig.ar.e	>	a.mar.gar
<i>prā.ĕ.dĭ.cā.rĕ</i>	>	pred.ig.ar.e	>	pre.gar
<i>cōm.mū.nĭ.cā.rĕ</i>	>	com.mūn.ig.ar.ĕ	>	co.mun.gar

Fonte: Elaboração própria

Essa mudança de formação silábica ocorre conjuntamente com a insensibilidade à duração e com a redefinição métrica. Nota-se que, em todos os casos, a posição acentual silábica permanece a mesma, a despeito das mudanças na duração articulatória. A síncope de formas breves, como *ĭ* e *ĕ* em *dēlicātŭs*, *libĕrārĕ* e *cōmmūnicārĕ* parece reforçar a hipótese de um acento inicial de intensidade nas palavras — defendida por diversos autores (Juret, 1913, p. 256; Meillet, 1928, p. 129 e ss; Grandgent, 1952, p. 104-105; Climent, 1962, p. 41 e ss.). A manutenção da sílaba inicial latina no português, bem como nas demais línguas românicas, também sustenta essa hipótese. Desse ponto de vista, novamente a insensibilidade à duração articulatória homogeneiza o acento lexical latino ao acento inicial de palavra, estabelecendo uma hierarquia entre eles. Vale lembrar, aqui, que Mattoso Câmara propôs graus de atonicidade para o acento no português.

¹¹ Agradeço ao Prof. Mário Viaro pelos exemplos.

“No registro formal da pronúncia padrão do português do Brasil, há a rigor uma pauta acentual para cada vocábulo. As sílabas pretônicas, antes do acento são menos débeis do que as postônicas, depois do acento” (Câmara Jr, 1979, p. 63).

Assim, a composição rítmica envolveria graus variados de acentuação. A formação de um ritmo trocaico (Vasconcelos, s.d., p. 254; Hayes, 1995, p. 102 para o espanhol) – (+ .) (+ .) – estabeleceria uma sílaba inicial – *dēlicātūs, libērārē* e *cōmmūncārē* – com grau intermediário, mas acentuado, criando uma intertônica ainda mais débil. Pode-se supor que esse processo seja o mesmo daquele que desencadeia a síncope do /a/ na passagem da sequência *bêbado* para *beudo*, em que um núcleo vocálico adjacente à sílaba tônica, e intersilábico mostra-se extremamente enfraquecido. Assim, é possível pensar na hipótese de que sequências de pés trocaicos se transformem em pé anfrábraco (˘ ˘ ˘) ou, com mais propriedade, num movimento anacrústico . (+ .) como o que forma um conjunto significativo de trissílabos paroxítonos no português, como *cabeça, sapato, palavra, recado*, dentre muitas outras.

Mais uma vez, entende-se que a mudança rítmica foi o epicentro da formação das línguas modernas, o português, especialmente para nós. Ainda que possamos pensar nessa mudança como um fenômeno que ocorreu lentamente durante os séculos, há outra possibilidade para essa interpretação. Robert A. Dixon apresentou uma hipótese que permite explicar a mudança linguística como um fenômeno que pode ocorrer de forma drástica e repentina.

Grande parte da história humana seria situação de equilíbrio. Em dada área geográfica estariam vários grupos políticos, de dimensão e organização semelhantes, sem que nenhum grupo tivesse prestígio indevido sobre os outros. Cada um falaria sua própria língua ou seu próprio dialeto. Constituiriam um espaço linguístico de longa duração e suas línguas coexistiriam em estado de relativo equilíbrio. Nada é sempre estático – haveria fluxos e refluxos, mudanças e deslocamentos, mas de uma forma relativamente pequena. A pontuação desse estado poderia ocorrer por conta de causas naturais, como inundações; ou a invenção de uma nova ferramenta ou de uma arma; ou o desenvolvimento da agricultura; ou de barcos, com movimentação para novos territórios; ou o desenvolvimento do imperialismo secular ou religioso. Tais pontuações para o estado de equilíbrio provavelmente desencadeariam mudanças dramáticas nas línguas e entre as línguas. Eles dariam origem à expansão e à divisão dos povos e das línguas. Durante um período de pontuação – breve, se comparado às eras de equilíbrio precedente e seguinte – o modelo de árvore genealógica se aplica (Dixon, 1997, p. 3-4, tradução própria¹²).

12 No original: “In this book I put forward a hypothesis. Inspired by the punctuated equilibrium model in biology (first aired by Eldredge and Gold, 1972), a punctuated equilibrium model es

O modelo de pontuação, tal como vai proposto por Dixon, apresenta como vantagem o fato de que se podem propor mudanças linguísticas repentinas. Assim, vários processos ocorreriam simultaneamente. A chegada do Império Romano na Gallaecia e seu afastamento brusco – substituído pelo domínio de outros povos que, embora falantes do latim, tinham-no aprendido por outra forma de contato – supõem formas cumulativas de contato linguístico. Muito possivelmente, variação rítmica e estabelecimento de uma outra silabação poderiam ocorrer em momentos distintos. Restrições a Coda obstruinte, por exemplo, parecem ter sido concomitantes com o novo processo de silabação. Outros processos, nesse caso, que envolvem mudanças articulatórias também entrariam nesse conjunto, caracterizando a diversidade das línguas românicas.

A restrição de Coda consonantal, na região da Gallaecia, parece manifestar-se também para todas as articulações quando os articuladores fazem contato entre si.

Quadro 10. Mudanças na silabação latina

lū.nă	>	*lūn.ă	>	[lu.a] 'lua'
pēc.tūs	>	*pec.tu	>	[pej.tu] 'peito'
pūg.nūs	>	*pug.nus	>	[pu.ɲu] 'punho'
exēmp.tŭ	>	*ec.semp.tu	>	[i.sɛi.tu] 'isento'
fī.lŭ 'fio'	>	*fil.u	>	[fi.u] 'fio'
mă.cŭ.lă	>	*mac.ul.a	>	[ma.ɫa] 'malha'
cōn.sī.lŭm	>	*con.sil.i.u	>	[kõ*.se.lhu] 'conselho'

Fonte: Elaboração própria

Há alguma regularidade nesses processos de variação articulatória. Há situações em que os articuladores têm afastamento gerando vocalização, eventualmente, nasalando a vogal anterior ou palatalizando a consoante em Ataque adjacente.

suggest for development (and origin) of language. Over most of human history there has been an equilibrium situation. In a given geographical area there would have been a number of political groups, of similar size and organisation, with no one group having undue prestige over the others. Each would have spoken its own language or dialect. They would have constituted a long-term linguistic area, with the languages existing in a state of relative equilibrium. Nothing is ever static – there would be ebbs and flows, changes and shiftings around, but in a relatively minor way. The punctuation may be due to natural causes such as drought or flooding; or to the invention of a new tool or weapon; or to development of agriculture; or of boats, with movement into new territories; or to development of secular or religious imperialism. These punctuations to the state of equilibrium are likely to trigger dramatic changes within languages and between languages. They give rise to expansion and split of peoples and of languages. It is during a period of punctuation – which will be brief in comparison with the eras of equilibrium that precede and follow – that the family tree model applies”.

Quadro 11. Mudanças na silabação latina: vocalização de obstruinte em Coda silábica e palatização de Ataque silábico adjacente

[k]	>	[j]	<i>pec.tu</i>	>	[ˈpej.tu] ou [ˈpej.tu] ‘peito’
			<i>noc.te</i>		[ˈnoj.ti] ou [ˈnoj.tʃi] ‘noite’
			<i>fac.tu</i>		[ˈfej.tu] ou [ˈpej.tʃu] ‘feito’
			<i>jac.tu</i>		[ˈjei.tu] ou [ˈpej.tʃu] ‘jeito’
[g]	>	[ɲ] ou [j]	<i>pug.nu</i>	>	[ˈpũ.ɲu] ou [ˈpũ.ju] ‘punho’
			<i>lig.na</i>		[ˈlẽ.ɲa] ou [ˈlẽ.ja] ‘lenha’
			<i>cog.no.cer</i>		[ko.ɲeˈser] ‘conhecer’
			<i>sig.na</i>		[ˈsẽ.ɲa] ou [ˈsẽ.ja] ‘senha’
[l]	>	[ʎ] ou [j]	<i>te.gu.la</i>	>	[ˈte.ʎa] ou [ˈtej.a] ‘telha’
			<i>ma.cu.la</i>		[ˈma.ʎa] ou [ˈmaj.a] ‘malha’
			<i>ve.tu.lu</i> > <i>ve.clu</i>		[ˈvɛ.ʎu] ou [ˈvej.u] ‘velho’
			<i>spe.cu.lu</i> > <i>spe.clu</i>		[isˈpe.ʎu] ‘espelho’

Fonte: Elaboração própria

Embora sejam mudanças linguísticas diferentes entre si, podemos entendê-las todas como resultado de processos semelhantes. Aparentemente, podemos considerar a discussão que já fizemos sobre a mudança de formação silábica, em que o Ataque da sílaba posterior se torna Coda da anterior, isto é CV.CV > CVC.V, vinha acompanhado da restrição de Coda quando houvesse contato entre articuladores. Assim, em formas como *pec.tu*, *lig.na* e *spec.lu* ocorreria uma mudança articulatória, fosse por supressão de Coda **pet.u*, **lin.a* e **spel.u*, que não ocorreram, fosse por epêntese vocálica coronal **pec.it.u*, **lig.in.a* e **spec.il.u*, ou por sonorização de Coda, **peg.tu*, **lig.in.a* e **speg.il.u*.

A opção mais adequada nesse caso, uma vez que nenhuma das hipóteses isoladamente explicaria as mudanças, seria entender que todos os processos ocorreram simultaneamente. Assim, os neofalantes do latim teriam como padrão prosódico não só uma formação silábica que priorizaria Coda e ritmo trocaico, mas também restrição de Coda consonantal, com solução por epêntese vocálica e/ou síncope consonantal.

Desses conjuntos, se retomarmos a hipótese de Sapir referente à deriva linguística, podemos pensar que a formação silábica com priorização da Coda e sonorização de coda não ocorrem mais, embora permaneçam ritmo trocaico, restrição à Coda consonântica e epêntese vocálica. Isso é evidenciado em sequências tomadas por empréstimo como

o inglês *football* modificado para *futebol* com epêntese vocálica decorrente da restrição de Coda consonantal, ou em sequência como *sandwich* /'sænd.wɪtʃ/¹³ modificada para *sanduíche* [sã̃^h.du'i.ʃi], com ressilabação. De forma semelhante, o mesmo *i* epentético, suposto em **pec.it.u*, poderia enquadrar-se como mais uma deriva linguística, ainda ativa, pelos exemplos *advogado* [a.di.vo'ga.du], *ritmo* ['xi.ti.mu] dentre outras tantas. Nestes dois últimos casos, é notável que uma suposta e necessária vogal *i* epentética não ocorre foneticamente, mas palataliza o Ataque da sílaba de que ela teria sido núcleo.

O resíduo nasal, decorrente da supressão de Coda consonantal, como ocorreu com as modificações de *luna*, *consiliu*, *manu* e *exemptu*, parece ter sido um processo que, também, foi simultâneo aos demais.

Quadro 12. Mudanças na silabação latina: resíduo nasal em Coda silábica

	lu.na	lun.a	∇	em ['lũ.a] 'lua'
[n]	con.si.li.u	con.si.li.u	∇ ^w	em [kõ ^w .se.lhu] 'conselho'
	ma.nu	man.u	>	em ['mã ^w] 'mão'
[m]	e.xemp.tu	e.xemp.tu	∇ _i	em [i.sẽi.tu] 'isento'

Fonte: Elaboração própria

Embora a mudança rítmica tenha sido responsável por um número muito grande de formas fonéticas e fonológicas da língua portuguesa, há vários casos em que a explicação decorre de outros processos.

No conjunto das vogais, a presença de uma vogal em Coda, como ocorreu em *jac.to>*jai.to>jei.to* e em *fac.to>*fac.to>fei.to* interferia diretamente sobre o timbre da vogal nuclear, provocando alçamento parcial. Não houve alçamento se a vogal já era alta, como em *com.cep.to>con.cei.to*.

Também ocorria Ataque com grupos consonantais em início de palavra, em que a segunda vogal ela *i*, como em *cla.ve* 'chave', *cla.mar* 'chamar' *ple.nu* 'cheio', *pla.no* 'plano', *plu.vi.a* 'chuva',

13 Disponível em: <https://A/dictionary.cambridge.org/dictionary/english/sandwich>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Quadro 13. Mudanças na silabação latina: .C[] > [j]

	<i>cla.ve</i>		em [ˈʃa.vi] ‘chave’
	<i>cla.mar</i>		em [ˈʃaˈmar] ‘chamar’
[k]	<i>flam.ma</i>	>	[j] em [ˈʃa.ma] ‘chama’
	<i>ple.nu</i>		em [ˈʃe̞i.u] ‘cheio’
	<i>pla.no</i>		em [ˈʃɔ̃w] ‘chão’

Fonte: Elaboração própria

Nem sempre todas as regularidades para as mudanças estão presentes. É o caso da sequência *pleno*, em que a síncope da nasal não deixou resíduo na vogal anterior. No entanto, a criação de uma forma palatal surda inicial ocorreu regularmente. Uma explicação para a tendência desse grupo formar uma palatal surda em início de palavra, mas sonora no meio de palavra, não se estabeleceu ainda. Para manter coerência com as hipóteses de mudança dadas anteriormente, propõe-se que a palatal fosse consequência da inserção de uma vogal *i* desfazendo o grupo, como fosse *[kiˈla.ve] ressilabado *[kilˈav.e], fato que ainda se evidencia em sequências como [piˈneu] para *pneu*, [pi.si.ko.loˈzia] para *psicologia* ou na variação entre as formas *tlintar* e *tilintar*. Não ocorreu essa mudança quando a segunda posição de Ataque tinha um *flap* ou uma vibrante como *prātŭm* ‘prado’, *prōhibērē* ‘proibir’, *crūdēlīs* ‘cruel’ ou *trītīcŭm* ‘trigo’ em que os grupos consonantais *pr*, *cr* e *tr* não se modificaram.

Esse processo de desfazimento do grupo consonantal inicial não foi duradouro, isto é, não se estabeleceu como uma deriva na língua. Isso é evidenciado por sequências como *plāgām* ‘território’ (>*praia*), *flāccŭm* ‘fraco’ (>*fraco*), *blāndŭm* ‘brando’ (>*brando*); mudança, ainda em ocorrência no português *bloco*>*broco*, *claro* > *craro*, *pleito*>*preito*, dentre outras. Essa mudança, aparentemente, não se coadunaria com a anterior, na medida em que não se relaciona às mudanças de *ritmo* e de *silabação* da língua. Esse dado sugere que mudanças decorrentes da ressilabação priorizando Coda tiveram duração curta e em momento de pontuação precoce na configuração da língua portuguesa e possivelmente de outras línguas românicas. Autores como Meyer-Lübke (1911) e Antenor Nascentes (1955) sugerem que palavras como essas tenham vindo de outras línguas românicas: *praia*, do provençal *playa*; *prato*, do francês *plate*; *branco* do germânico *blank*, através do provençal *blanc*; *brando*, possivelmente do espanhol *blando* ou do francês antigo *blant*; talvez o mesmo se possa pensar de *fraco* como empréstimo do espanhol *flaco* ou do provençal *flaco* (Boucoiran, 1898) Esses dados apontam para a inserção tardia de novas sequências que receberam um tratamento silábico diferenciado em relação às que formaram mais precocemente o português.

Considerações finais

Uma das dificuldades de se compreender a formação da língua portuguesa, bem como das demais línguas, vinha explicitada pelo gramático Mário Barreto (1980, p. 29) quando afirmou que “A nossa pronúncia regula-se em geral pela latina, pois que o português não é mais do que o latim numa de suas formas modernas”. Após muitas páginas tentando decidir a fôrma acentual “correta” de algumas palavras do português, assume o Latim como referência definitiva para isso. Em que pese o embasamento teórico tradicionalista da discussão, a posição do autor é emblemática quanto à improficiência dos falantes para tomarem o ritmo latino como ponto de referência para sua pronúncia.

Apesar de a aquisição da prosódia de língua estrangeira ter se intensificado como objeto de pesquisa apenas a partir do último quartel do século XX, ainda há poucas tentativas de compreender esse processo no âmbito das mudanças linguísticas historicamente condicionadas, tal como foi a proposição do modelo de pontuação de Dixon (1997). Bem que haja excelência nas análises, a pesquisa que tomou a escrita como ponto de partida para a interpretar a formação fonológica da língua portuguesa inverteu causa e consequência, estabelecendo fenômenos marginais como seus epicentros causais. Falantes bilíngues desde os primeiros anos de vida adquirem proficiência na prosódia de ambas as línguas adquiridas (Schmidt; Post, 2015).

Atualmente é questionável a posição que considera a aquisição tardia de língua estrangeira incapaz de dar proficiência a seus falantes. No entanto, é possível verificar que a aquisição tardia envolve aspectos diferentes da aquisição bilíngue. Desde os anos oitenta do século XX, se descrevia o envolvimento afetivo na aquisição de língua estrangeira como um elemento diferenciador nesse processo. Uma das peculiaridades nesse processo de aquisição tardia tem a ver com o envolvimento social do aprendiz. Bloomfield (1933, p. 461), nos anos 30 do séc. XX, diferenciou *upper* ou *dominant language* de *lower language*, relacionando-as, respectivamente, à língua de sociedade dominante ou conquistada, tal como já o fizera Marx (1977) em relação às populações que ocupavam territórios ocupados. Essa hipótese deu margem a outras interpretações, como a do modelo de aculturação para aquisição de segunda língua (Schumann, 1986). Esse modelo apontava fatores sociais diversos para a dificuldade de a aquisição tardia promover maior proficiência em língua estrangeira, em relação à aquisição precoce. No entanto, apesar de experiências bem sucedidas realizadas no ensino individual de língua estrangeira a partir de suas hipóteses, não houve preocupação específica na aquisição da prosódia ou da pragmática da língua estrangeira e suas consequências sociais nos momentos de pontuação que envolvem mudanças linguísticas. Embora a pesquisa com a aquisição da pragmática em língua estrangeira, por exemplo, tenha apontado a precedência de sua aquisição em relação à gramática, bem como tornar-se um facilitador, o ambiente de aquisição que se preconiza é o do imigrante em relação à língua da sociedade envolvente (Pearson, 2006). Pesquisas como a de Alejandro Renato (2016) e de Leopoldo Labastía e seus colegas (2016), que descrevem a aquisição da prosódia e da pragmática do português

para falantes do espanhol, são bastante raras e contribuem de forma significativa para a compreensão de suas consequências linguísticas. Sua aplicação no âmbito da mudança linguística ainda é uma possibilidade a ser explorada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BARRETO, M. *Novos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: INL, 1980.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.

BRASIL. *Decreto 6.583, de 29 de setembro 2008*. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Brasília: Diário Oficial. Decreto 6583: 1-9 p. 2008.

BOUCOIRAN, L. *Dictionnaire Analogique et étymologique des idiomes méridionaux que sont parlés depuis Nice jusqu'à Bayonne et depuis les Pyrénées jusqu'au centre de la France*. Leipzig; Paris: H. Welter, 1898.

CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, I. *Introdução à história do português*. Geografia da língua. Português antigo. Lisboa: Colibri, 2004.

CLIMENT, M. B. *Fonética latina*. Madrid: Gredos, 1962.

COUTINHO, I. D. L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

DIXON, R. A. *The rise and fall of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FINLEY, M. *The Ancient Economy*. Updated Edition. Berkeley: University of California Press, 1999.

GIORDANI, M. C. *História de Roma*. São Paulo: Vozes, 1992.

GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. 2. ed. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes, 1952.

GUARINELLO, N. L. *Ensaio sobre história antiga*. 2014. 330 Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HIRST, D. Chapter 4. The prosody of words. *Speech Prosody*. From Acoustics to Interpretation. Preprint Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342476725_Hirst_forthcoming_Speech_Prosody_-_Chapter_4_The_Prosody_of_Words_unfinished_draft. Acesso em: 29 abr. 2023.

JUD, J. Problème de géographie linguistique romane. *Revue de Linguistique Romane*, v. 1, n. 3-4, p. 181-236, 1925.

JURET, C. *Dominance et résistance dans la phonétique latine*. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1913.

LABASTÍA, L. O. *et al.* Estructura informativa y prosodia en (pseudo)hendidadas del español rioplatense y del inglés: implicancias para la adquisición de la prosodia in lengua extranjera. In: ALVES, U. K. (org.). *Aquisição fonético-fonológica de língua estrangeira*. Investigações rio-grandenses e argentinas em discussão. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. *Pre-capitalist economic formations*. Tradução Jack Cohen, edição E. H. Hobsbawm. New York: International Publishers, 1964.

MAURER Jr., T. H. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

MAV, A.; ZANGEMEISTER, O. *Inscriptionvm parietariarvm pompeianarvm. Supplementvm. Pars II. Inscriptiones parietariae et vasorum fictilivm*. Berlim: George Reimer, 1909. Disponível em: <https://archive.org/details/inscriptionespar42zang/page/584/mode/2up>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MEIER, H. *Ensaio de filologia românica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1928.

MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heldeberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1911.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; Livraria Francisco Alves; Livraria São José; Livros de Portugal, 1955.

OLIVEIRA, F. D. *Gramática da linguagem portuguesa*. Ed. Fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

PEARSON, L. Patterns of Development in Spanish L2 Pragmatic Acquisition: An Analysis of Novice Learners' Production of Directives. *The Modern Language Journal*, v. 90, n. 4, p. 473-495, 2006.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média*. Textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

RIBEIRO, O. A formação de Portugal. In: CASTRO, I. (ed.). *Curso de história da língua portuguesa*. Leituras complementares. Lisboa: Universidade Aberta, 1985. p. 271-316.

RENATO, A. C. Estúdio exploratório fonético-acústico de la transferência prosódica del portugués de Brasil en el español/LE. In: ALVES, U. K. (org.). *Aquisição fonético-fonológica de língua estrangeira. Investigações rio-grandenses e argentinas em discussão*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 365-391.

SAPIR, E. A realidade psicológica dos fonemas. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metológicos da linguística*. v. II. Fonologia e sintaxe. Campinas: edição do autor e de seus colegas, 1981. p. 37-55.

SAPIR, E. La réalité psychologique des phonèmes. In: SWIGGERS, P. (ed.). *The Collected Works of Edward Sapir: I. General Linguistics*. New York; Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 518-537.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra: Europa-América, 1996.

SCHMIDT, E.; POST, B. Language interaction in the development of speech rhythm in simultaneous bilinguals. In: DELAIS-ROUSSARIE, E.; AVANZI, M.; HERMENT, S. (ed.). *Prosody and Language in Contact*. L2 Acquisition, Attrition and Languages in Multilingual Situations. Berlin: Springer, 2015. p. 275-291.

SCHUMANN, J. H. Research on the acculturation model for second language acquisition. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 7, n. 5, p. 379-392, 1986.

TAAGEPERA, R. Size and Duration of Empires. Growth-Decline Curves, 3000 to 600 B.C. *Science Research*, v. 7, p. 180-196, 1978a.

TRUBETZKOY, N. S. *Grundzüge der phonologie*. Praga: Cercle Linguistique de Copenhague; Ministère de L'Intruction Publique de de la République Tchéco-Slovaque, 1939.

TRUBETZKOY, N. S. *Principios de fonología*. 2. ed. Tradução Delia Garcia Giordano. Madrid: Cincel, 1976.

VASCONCELOS, C. M. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora, s.d.

VASCONCELLOS, J. L. D. *Textos arcaicos*. 3. ed. ampl. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al Latin Vulgar*. Trad. Marnuel Carrión. Madrid: Gredos, 1968.

VERA, A. F. D. *Ortographia ov modo para escrever certo na língua portuguesa*. São Paulo: Paulistana, 2009.

VIANA, G. *Ortografia nacional*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

XAVIER, M. F. et al. *Corpus informatizado do português medieval*. 2002. Disponível em <https://cipm.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 06 ago. 2023.